



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



MARIA RAYLLA DE SOUSA CARVALHO

**IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA A FORMAÇÃO
DO/A CIDADÃO/Ã DO CAMPO: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE
EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**PICOS
2021**

MARIA RAYLLA DE SOUSA CARVALHO

**IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA A FORMAÇÃO
DO/A CIDADÃO/Ã DO CAMPO: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE
EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito à obtenção do grau de Licenciada em Educação do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro

**PICOS
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

C331i Carvalho, Maria Raylla de Sousa

Importância das questões socioambientais para a formação do/a cidadão/ã do campo: uma reflexão sobre a prática docente em Educação Ambiental / Maria Raylla de Sousa Carvalho – 2021.

Texto digitado

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHNB

Aberto a pesquisadores, com as restrições da biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em Educação do Campo, Ciências da Natureza, Picos-PI, 2021.

“Orientadora: Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro”

1. Educação básica. 2. Tema transversal. 3.
Transdisciplinaridade. I. Pinheiro, Tamaris Gimenez. II. Título

CDD 372.357

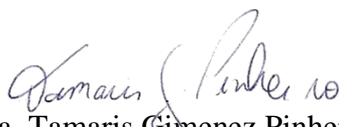
MARIA RAYLLA DE SOUSA CARVALHO

**IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA A FORMAÇÃO
DO/A CIDADÃO/Ã DO CAMPO: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE
EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciada em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientadora: Profa. Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro

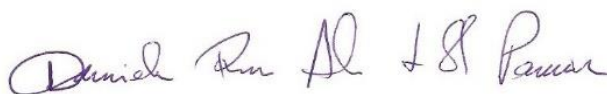
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro – Orientadora
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Prof. Dr. Edson Lourenço da Silva – Membro 1
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Profa. Esp. Daniela Rosa Alves Pereira da Silva – Membro 2
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Aprovado em 01/03/2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por minha vida e por me dar força e perseverança para superar todas as dificuldades encontradas ao longo dessa caminhada, me permitindo concluir mais um ciclo de minha vida.

Quero externar aqui também minha gratidão a minha professora e orientadora Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro pelo incentivo, dedicação e paciência. Obrigada pela confiança depositada em mim e por suas valiosas contribuições.

Aos meus pais por acreditarem em mim e estarem sempre ao meu lado, me apoiando e me incentivando em todas as áreas da minha vida.

Às minhas amigas Irisleila Sousa, Poliana Carvalho e Romária Sousa por todo apoio e experiências compartilhadas que tornaram essa caminhada mais leve.

Por último à Universidade Federal do Piauí e a todos/as os/as docentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza pela excelência no ensino e, conseqüentemente, minha formação.

RESUMO

A Educação Ambiental é um processo participativo e contínuo da sociedade, a qual representa um conjunto de ações que serve ao propósito de desenvolver uma consciência crítica e ética a respeito dos problemas socioambientais. No âmbito educacional (formal) a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis de ensino. Assim, o presente trabalho teve como objetivo investigar como a Educação Ambiental é trabalhada pelos/as docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, uma escola pública do campo da rede de ensino do município de Simões, Piauí. Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista, na qual abordou-se: como os/as docentes desenvolvem o trabalho em Educação Ambiental na escola, observando suas práticas, dificuldades e percepções que possuem sobre a importância dessa área do conhecimento, dentre outras. Além disso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola foi analisado para verificar como a Educação Ambiental é apresentada nesse documento e se as ações que estão sendo desenvolvidas correspondem ao que é previsto pela legislação brasileira. Um total de cinco professores participaram da pesquisa, apenas dois com nível superior e todos com experiência de mais de 10 anos na educação. A maioria dos pesquisados/as ressaltaram que trabalham as questões ambientais de forma bastante limitada, pois em suas aulas dão ênfase aos conteúdos da grade curricular. Verificamos uma abordagem simplista e acrítica no modo de desenvolver a Educação Ambiental pelos pesquisados/as, no qual prevalecem estratégias tradicionais de ensino. A maior dificuldade enfrentada pelos pesquisados/as para desenvolverem ações em Educação Ambiental são ausência de estrutura, materiais didáticos e formação. Sobre projetos em Educação Ambiental, houve um destaque para aqueles realizados em alusão às datas especiais, cuja responsabilidade de planejamento e idealização é do corpo técnico da escola, sem o envolvimento da classe estudantil ou outro segmento da comunidade escolar. A concepção dos/as docentes sobre Educação Ambiental ainda é naturalista/conservacionista, com pouco entendimento da importância da transdisciplinaridade no processo de formação cidadã. Ao analisamos o PPP da escola observamos que a temática não é contemplada no documento. Todos esses dados evidenciam a necessidade de investimentos em capacitações de gestores e docentes da escola a fim de modificar esse cenário que inclusive contraria o previsto na legislação para a inserção da Educação Ambiental no ambiente escolar. Logo, mais atenção à temática deve ser dada, seja na formação dos docentes que atuam no município, seja na formação continuada deles, a fim de garantir a educação efetiva para o ambiente socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Palavras-chave: Educação Básica; Tema transversal; Transdisciplinaridade.

ABSTRACT

Environmental Education is a participatory and continuous process of society, which represents a set of actions that serve the purpose of developing a critical and ethical awareness regarding socio-environmental problems. In the educational (formal) environment, Environmental Education must be present at all levels of education. The present work aims to investigate how Environmental Education is taught at school Eustáquio Carvalho, a public school in the field of education in the municipality of Simões, Piauí. The data were obtained through an interview, which addressed: how teachers work in Environmental Education, observing their practices, difficulties, and perceptions they have about the importance of this area, among others. Besides, the school's Political Pedagogical Project (PPP) was analyzed to verify how Environmental Education is presented in this document and whether the actions being developed correspond to what is foreseen by Brazilian legislation. A total of five teachers participated in the research, only two have a higher education degree and all with more than 10 years' experience in education. Most respondents appointed that they work on environmental issues in an extremely limited way, as in their classes they emphasize the contents of the curriculum. Regarding the way of developing Environmental Education, we found a simplistic and uncritical approach, using traditional teaching strategies. The greatest difficulty faced by respondents to develop actions in Environmental Education is the absence of structure, didactic materials, and formation. About Environmental Education projects, there was an emphasis on those carried out on special dates, whose responsibility for planning and idealization lies with the technical staff of the school, without the involvement of the student class or other segment of the school community. The teachers' conception of Environmental Education is still naturalistic/conservationist, with little understanding of the importance of transdisciplinarity in the process of citizen formation. When analyzing the school's PPP, we observed that the theme is not covered in the document. All these data show the need for investments in training for managers and teachers to modify this scenario, which even contradicts the provisions of the legislation for the insertion of Environmental Education in the school environment. Therefore, more attention to the theme must be given, either in the training of teachers who work in the municipality or their continuing education, to guarantee effective education for a socially just and ecologically balanced environment.

Keywords: Basic education; Teaching; Transdisciplinarity.

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Perfil de formação dos/as docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, localizada no povoado Maria Preta, município de Simões, Piauí, participantes da pesquisa.....16

Tabela 1 – Tempo de trabalho dos/as docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, localizada no povoado Maria Preta, município de Simões, Piauí, participantes da pesquisa.....16

Quadro 2 – Estratégias adotadas por docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, localizada no povoado Maria Preta, município de Simões, Piauí, para trabalhar Educação Ambiental.....18

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo geral	11
2.2 Objetivos específicos	11
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
4 MATERIAL E MÉTODOS	15
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
5.1 Identificação dos sujeitos da pesquisa	16
5.2 Educação Ambiental e a formação do cidadão/ã do campo: a perspectiva docente e sua prática	17
5.3 Educação Ambiental e o Projeto Político Pedagógico da escola	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26
APÊNDICE A - - ROTEIRO PARA INVESTIGAÇÃO SOBRE O TEMA	29
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	30

1 INTRODUÇÃO

A sociedade há muito tempo encara a natureza como uma fonte inesgotável de recursos, colocando o ser humano como proprietário deles. Nesse sentido, não há limites nessa relação de exploração da biodiversidade o que provoca consequências extremamente graves, tais como o desmatamento, contaminação das águas, degradação e esgotamento dos solos, efeito estufa, os grandes lixões, pesca predatória, exploração de mão de obra de países menos desenvolvidos, má distribuição de renda e acesso à serviços básicos à vida, dentre diversos outros danos, cujos efeitos refletirão nessa e nas próximas gerações.

Assim, estamos vivendo uma crise ambiental e social, a qual põe em risco a existências de todas as espécies no planeta, incluindo a humana. Milaré (2005, p. 50) afirma que “a questão ambiental é uma questão de vida ou morte, não apenas de animais e plantas, mas do próprio homem e do planeta que o abriga”. Para esse autor, é necessário que o ser humano compreenda que ele é parte da natureza, pois quando este a destrói não está destruindo somente a natureza, mas a si mesmo.

A Educação Ambiental entra nesse cenário como uma alternativa para reverter essa situação. Ela é considerada uma prática social que tem como objetivo desenvolver o ser humano de maneira integral, valendo-se dos diversos saberes que existem em cada cultura, de modo que possa entrar em contato com o outro e com a natureza. Para Mousinho, 2003, p. 25), a Educação Ambiental é um:

[...] processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

Nesse sentido, a Educação Ambiental, como uma ação política, pode ser desenvolvida em ambientes formais e não formais. Porém, é dentro da escola que se consegue efetivamente desenvolver os princípios dessa área do conhecimento. Uma das formas de levar essa educação à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e/ou em atividades extracurriculares. Por meio de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas, atividades práticas, lúdicas e debates das questões socioambientais, os/as alunos/as poderão entender os problemas que afetam a comunidade onde vivem, instados a refletir e criticar as ações de desrespeito ao funcionamento do ambiente em que se encontram. Nesse sentido,

Medina (2001, p. 21-22) indica que os/as professores/as no ensino da Educação Ambiental devem:

[...] desenvolver uma capacitação centrada na evolução e no crescimento do aluno. Os processos de ensino e de aprendizagem implicam sempre mediações sociais, cognitivas e afetivas, que terão de ser trabalhadas na formação em Educação Ambiental, visando ao mesmo tempo uma melhoria na qualidade do ensino, acrescentando-lhe novos conteúdos, estratégias, habilidades instrucionais e modelos de gestão da classe. O professor como sujeito que ensina Educação Ambiental, no exercício posterior, terá de envolver-se na melhoria qualitativa da instituição escolar, por meio de processos de aperfeiçoamento contínuo, trabalhos coletivos e propósitos compartilhados com os outros docentes, alunos, pais e comunidade. Para isso, deve ser informado em relação às metodologias de resolução de conflitos e motivado a exercer a liderança.

De acordo com a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, Art. 2º, “a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999, p.1). Assim, os indivíduos devem aprender a cuidar do meio ambiente desde criança no seio familiar e, na escola, devem ser sensibilizadas sobre a importância da relação harmônica com o meio em que está inserido para que estes possam se tornar cidadãos/ãs conscientes quanto aos problemas socioambientais que existem e que os cercam. Quando se ensina uma criança sobre um determinado assunto ela irá aprender e reproduzir no ambiente familiar e na comunidade, repassando este conhecimento, sendo uma disseminadora desses conceitos.

Porém para promover esse aprendizado os/as professores/as deverão estar preparados/as, estar munidos/as de conhecimento e ferramentas pedagógicas para desenvolver a Educação Ambiental de forma plena. Ter conhecimento, estar engajados com a causa e reconhecê-la como primordial são elementos fundamentais para a atuação (do/a docente e de seus alunos/as) no mundo. Assim, poderão agregar e desempenhar novos valores em busca de uma sociedade ambientalmente equilibrada e econômica e socialmente justa.

Com isso, pretende-se responder os seguintes questionamentos: qual a importância dada por professores/as do Ensino Fundamental, de uma escola do campo, para a Educação Ambiental? Quais as práticas realizadas por eles/as nessa área do conhecimento? Como a escola articula as ações em Educação Ambiental? Essas indagações surgiram pela necessidade de efetivar o debate sobre como as questões socioambientais são trabalhadas no âmbito escolar.

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Investigar como a Educação Ambiental é trabalhada pelos/as docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, localizada no município de Simões PI.

2.2. Objetivos específicos

- Investigar quais são as estratégias pedagógicas usadas pelos/as professores/as no desenvolvimento do trabalho com a Educação Ambiental;
- Identificar quais atores são responsáveis pela Educação Ambiental nas escolas pesquisadas;
- Analisar qual a percepção dos professores sobre a importância da Educação Ambiental para os alunos e comunidade geral;
- Relacionar as ações em Educação Ambiental desenvolvidas na escola pesquisada com os princípios e pressupostos estabelecidos pela legislação nacional;
- Analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola a fim de verificar como a Educação Ambiental está estabelecida nele.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Educação Ambiental formal se constitui de práticas pedagógicas que dialogam com as questões socioambientais, as quais visam uma mudança de valores, atitudes e comportamentos para o estabelecimento de uma outra relação entre o ser humano e o ambiente em que está inserido, deixando de ser instrumental e utilitarista, para se tornar harmoniosa e respeitadora (LOUREIRO, 2009, p. 25-26). É um processo participativo e contínuo da sociedade, que serve ao propósito de criar uma consciência crítica a respeito dos problemas socioambientais que assolaram, assolam e assolarão o planeta.

Lima *et al.* (2016) ressaltam que a Educação Ambiental é uma resposta à crise vivenciada pelo meio ambiente, em que o que importa é a transição da sociedade atual para um futuro sustentável, sendo que as instituições educacionais, tanto escolas quanto universidades, devem trabalhar para construir saberes voltados para a formação de recursos humanos críticos, éticos e atuantes em prol desse objetivo. Para esses autores, a Educação Ambiental necessita de atividades práticas, pois elas possibilitam uma melhor aprendizagem dos discentes, um contato maior do indivíduo com o conteúdo ao participarem diretamente da construção do conhecimento e não somente da sua assimilação ou reprodução.

Orsi e Ferreira (2019) ao discutirem a Educação Ambiental ressaltam a importância de atividades experimentais e lúdicas para aprendizagem significativa e capaz de promover conscientização ambiental. Dessa forma, os autores acreditam que para se fazer Educação Ambiental é preciso muito mais do que explanações acerca do tema, diálogos e debates com os alunos a respeito da crise que vivenciamos no planeta, da situação de seus recursos naturais e da necessidade da tomada de consciência em relação a preservação do meio ambiente. As práticas em Educação Ambiental devem levar os alunos a situações diferenciadas e capazes de conseguir sua atenção, como experiências fora da sala de aula e visitas a espaços diretamente relacionados à natureza, capazes de colaborar para que eles entendam a Educação Ambiental em diferentes dimensões, bem como atividades lúdicas que consigam um maior envolvimento dos alunos e que são eficazes para provocar aprendizagem desde que empreendidas de forma adequada.

Dessa forma, ao investigar as pesquisas na área de Educação Ambiental que foram desenvolvidas no Brasil, nos últimos cinco anos, disponíveis no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (<http://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>) encontramos 99 artigos publicados em revistas científicas nacionais, sendo a grande maioria dos anos 2015 e 2018. Oitenta e oito artigos traziam experiências em espaços não formais, como empresas, fábricas, unidades de conservação entre outros. E os demais 11 artigos, abordaram experiências em escolas de Educação Básica. Desses últimos, oito artigos trouxeram

os resultados de projetos de intervenção escolar por meio de atividades de extensão universitária e oficinas lúdicas e pedagógicas que trabalharam temas como reciclagem, reaproveitamento, consumo consciente, cultivo em hortas escolares com compostos orgânicos, confecção de minhocários e o descarte do lixo escolar. Quanto às pesquisas que focaram na investigação do trabalho das escolas em Educação Ambiental, esse número foi inferior, com apenas três trabalhos, os quais foram realizados em escolas da zona urbana. Dessa forma, considerando o objeto da presente pesquisa, destacaremos os trabalhos de Eduardo, Fonseca e Alves (2016), Silva e Calixto (2017) e Carvalho (2018) que, apesar de serem voltados para escolas urbanas do país, possuíam objetivo similar,

Eduardo, Fonseca e Alves (2016) ao identificar como a Educação Ambiental é trabalhada em uma escola pública da rede estadual no estado do Rio de Janeiro, destacaram projetos integrados voltados a temáticas como: coleta de lixo, aproveitamento de alimentos, reciclagem, descarte de pilha, desperdício de água e alimentação saudável. Essas temáticas foram desenvolvidas por meio da apresentação de vídeos, oficinas de confecções de brinquedos com material reciclados, de cartazes e degustação de receitas elaboradas com o aproveitamento integral dos alimentos.

Silva e Calixto (2017) apresentaram os resultados do trabalho desenvolvido em uma escola municipal do estado do Rio Grande do Sul, na qual foi realizado o projeto cujo principal objetivo foi o planejamento de ações que pudessem envolver os estudantes em um processo de despertar para as questões ambientais. Durante sua realização foram elaboradas 24 atividades, contemplando desde a revitalização de um parque do bairro, confecções de lixeiras para lixo seco e orgânico produzidos na escola, confecções de murais para despertar a consciência ecológica, organização de palestras com especialistas na área de saúde e assistência social, mostra de filmes, documentários e curtas-metragens sobre várias problemáticas ambientais, plantio e distribuição de mudas, construção de uma horta, contemplação da natureza, visita à museus e áreas de preservação e distribuição de panfletos para conscientização e mobilização da comunidade sobre a importância da reciclagem e locomoção sustentável.

Carvalho (2018) ao investigar a prática da educação ambiental em uma escola pública da rede estadual, localizada no estado de Minas Gerais, evidenciou a realização de muitas atividades práticas, tais como: construção de uma horta, de um sistema de coleta de água da chuva, reaproveitamento da água usada na escola e reciclagem do lixo. Também foram desenvolvidas ações coletivas juntamente com outros órgãos para combate ao mosquito *Aedes aegypti* e desenvolvimento de quatro repelentes artesanais. A escola também desenvolveu um projeto sobre as plantas do Cerrado, o qual foi trabalhando fora do ambiente escolar com o objetivo de ensinar um pouco sobre a atuação técnica na área ambiental.

Os trabalhos analisados trouxeram como dificuldade em se trabalhar a Educação Ambiental no âmbito escolar a falta de capacitação dos profissionais nessa área. Weid (1997, p. 84) já apontava a necessidade de intervenções nos processos de capacitação dos/as professores/as para que pudessem “embasar seu trabalho com conceitos sólidos” de modo que suas ações não fiquem isoladas e/ou distantes dos princípios da Educação Ambiental. Pelo apresentado, essa demanda ainda não foi suprida.

4 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi realizado na Escola Municipal Eustáquio Carvalho localizada no povoado Maria Preta, comunidade quilombola instalada no município de Simões, Piauí. Essa unidade escolar é campesina e oferta, em seu prédio sede, a modalidade de Ensino Fundamental I e II, funcionando nos períodos matutino e vespertino (SIMÕES, 2019).

A referida escola foi fundada no ano de 1985 e possui atualmente 270 alunos matriculados, oriundos da comunidade sede e localidades vizinhas (BERNARDES inf. pess.). Dispõe ainda de 33 funcionários, sendo uma diretora, três coordenadoras, uma secretária, 17 professores licenciados e pós-graduados, três vigias, cinco merendeiras, e três zeladoras (SIMÕES, 2019). A instituição possui na sede 12 salas de aula, uma secretaria, uma sala de professores, uma cantina e cinco banheiros. A estrutura foi ampliada em 2014 com a construção de mais três salas destinadas ao Programa Mais Educação (SIMÕES, 2019).

Todos os professores da instituição de ensino foram convidados a participar da pesquisa. Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada, realizada no mês de fevereiro de 2020. Durante sua realização abordou-se: como os/as docentes desenvolvem o trabalho em Educação Ambiental na escola, observando suas práticas, dificuldades e percepções que possuem sobre a importância dessa área do conhecimento (APÊNDICE A). Os sujeitos foram identificados pela letra “P”, de “Professor/a”, seguido de um número arábico. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue para todos/as (APÊNDICE B).

Além disso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola foi analisado para verificar como a Educação Ambiental é apresentada nesse documento e se as ações que estão sendo desenvolvidas correspondem ao que é previsto neste documento.

Todas as informações obtidas a respeito das práticas em Educação Ambiental realizadas na escola foram confrontadas com a legislação nacional: Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999); Decreto N° 4.281, de 25 de junho de 2002 (BRASIL, 2002); Resolução N° 2, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Identificação dos sujeitos da pesquisa

Um total de cinco docentes aceitaram participar da pesquisa. Desses, dois possuem curso em nível superior sendo formados em Pedagogia e Matemática (QUADRO 1). Com relação ao tempo em que atuam na educação e na escola é importante salientar que o/a professor/a com menor tempo na docência (P5) possui 12 anos e o/a com maior tempo (P2), tem 40 anos de atuação em sala de aula (TABELA 1). Já com relação ao tempo de atuação na escola, o/a com menor tempo (P3) trabalha na instituição há dois anos e o/a com maior tempo (P1), há 19 anos (TABELA 1).

Quadro 1 – Perfil de formação dos/as docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, localizada no povoado Maria Preta, município de Simões, Piauí, participantes da pesquisa.

Professor/a	Formação	Ano de conclusão
P1	Pedagogia e Matemática	2019
P2	Magistério	Década de 80
P3	Pedagogia e Matemática	2004 e 2006
P4	Normal Superior	2004
P5	Normal Superior	2005

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Tabela 1 – Tempo de trabalho dos/as docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, localizada no povoado Maria Preta, município de Simões, Piauí, participantes da pesquisa.

Professor/a	Tempo de trabalho (anos)	
	na educação	na escola
P1	19	19
P2	40	12
P3	21	2
P4	25	11
P5	12	8

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

5.2 Educação Ambiental e a formação do cidadão/ã do campo: a perspectiva docente e sua prática

Durante a entrevista foram realizadas perguntas para verificar como os/as docentes desenvolvem o trabalho em Educação Ambiental na escola, observando suas práticas e a reflexão que fazem sobre essa área do conhecimento. Na primeira questão lançada aos cinco entrevistados/as, apenas P2 admitiu nunca ter trabalhado Educação Ambiental em suas aulas, no entanto, não explicou o motivo. Os outros três afirmaram que sim, porém ressaltaram que trabalham as questões ambientais de forma bastante limitada, pois dão ênfase aos conteúdos da grade curricular, por acreditarem serem mais necessários para a qualidade do ensino, conforme explicou P5:’

Sim trabalho, porém trabalho de forma indireta tendo em vista que esta não é uma temática muito priorizada na educação. A escola, assim como os pais, prefere que toda atenção e planejamento seja voltado para as disciplinas curriculares. Mas eu, através das minhas aulas, tenho procurado mostrar para eles qual a importância de cuidarmos do nosso ambiente. Sempre que algum deles joga lixo na sala eu peço educadamente para que pegue e coloque no lixo. É através de oportunidades como estas que adentro no assunto, ainda que de forma bem sucinta.

Por meio dessa fala podemos perceber que os/as professores/as tem uma visão bastante reducionista sobre Educação Ambiental, sem preocupação com uma discussão profunda sobre a “esfera da produção, ponto de origem de todo processo onde se decide o que, quanto e como produzir” (LIMA, 2004). Segundo esse autor “a produção e o consumo formam um ciclo indissociável de maneira que sem realizar mudanças qualitativas no sistema de produção não poderemos obter um resultado satisfatório apenas tentando controlar o consumo” (LIMA, 2004, p. 88). Dessa forma, essa abordagem simplista e acrítica demonstrada pelos/as pesquisados/as não desenvolve o engajamento do sujeito e inviabiliza mudanças de atitudes frente às questões ambientais.

O/A P4 ressaltou ainda que começou a trabalhar a Educação Ambiental recentemente em suas aulas, justificando que as condições da escola não permitem que seja feito um trabalho mais efetivo. Essa justificativa vai de encontro ao previsto para as práticas pedagógicas em Educação Ambiental, as quais podem se apoiar em diversos espaços, tempo e recursos, não havendo a necessidade de materiais e estruturas específicas.

Essa declaração complementa o segundo questionamento feito aos/as professores/as sobre quais estratégias eles/as utilizam para trabalhar Educação Ambiental em suas aulas e, além de algumas estratégias específicas como pesquisas, aulas de campo, entrevistas e relatos

(QUADRO 2), os/as docentes destacaram a importância da contextualização dos assuntos com a realidade dos/as alunos/as para o trabalho com Educação Ambiental, que segundo P5:

Costumo usar exemplos que condizem com a realidade dos meus alunos. Costumo falar sobre o efeito das queimadas para nosso meio ambiente além de esclarecer sobre a importância de descartar o lixo no local adequado. Se você observar as imediações da escola são tomadas por sacolas plásticas e isso mostra o quanto a nossa comunidade escolar assim como a comunidade em geral precisa ser melhor conscientizada sobre essa temática. Então, minha principal estratégia é usar exemplos que estão presentes no cotidiano dos meus alunos. Pois só terão noção dos estragos causados aí fora, como vemos na TV, quando compreenderem o problema que tem diante dos seus olhos.

Quadro 2- Estratégias adotadas por docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, localizada no povoado Maria Preta, município de Simões, Piauí, para trabalhar Educação Ambiental.

Professor/a	Estratégias utilizadas
P1	Pesquisas, aula de campo, relatos, uso de gravuras
P2	Nenhuma
P3	Aquelas que condiz com a realidade do/a aluno/a
P4	Pesquisa, entrevista
P5	Usar exemplos que estão presentes no cotidiano dos meus alunos

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Apesar de não haver uma “receita” para o trabalho com a Educação Ambiental, como qualquer processo de ensino-aprendizagem, é necessário inovar e utilizar diferentes metodologias. Dessa forma, Orsi e Ferreira (2019) reforçam que são inúmeras as possibilidades de se trabalhar a Educação Ambiental na escola, incluindo atividades lúdicas, atividades experimentais e construção de conhecimento de maneira teórica e prática. No entanto, para esses autores para que haja o enriquecimento das aulas e compreensão acerca da temática é preciso diálogo e debate constante, independentemente da estratégia adotada.

Para Barros, Cavalcanti e Garcia (2017) as atividades lúdicas são ferramentas propulsoras de iniciativas de transformações socioambientais que tornam os estudantes protagonistas destas transformações. Os autores defendem que essas atividades são capazes de motivar os alunos e fazer com que estes sejam mais participativos e colaborativos, que possam ter ideias capazes de resolver problemas e que exigem apenas a criatividade. Assim, essa seria uma estratégia que renderia bons frutos no desenvolvimento da Educação Ambiental na escola investigada.

Mendonça, Schmitz e Andrade (2018) mostram como vantajoso é o trabalho com projetos. Esses autores desenvolveram a Semana Lixo Zero, com diversas atividades em conjunto, como oficinas, mostras de filmes e documentários, entre outras para sensibilizar os/as alunos/as sobre a necessidade de cuidar do meio ambiente, mostrando como o lixo pode ser

reaproveitado. O desenvolvimento de projetos é uma ferramenta importante pois exige a união entre a teoria e a prática. Sobre isso, Fortunato e Petraglia (2017) destacaram a eficiência de se trabalhar questões ambientais na prática para que os atores compreendam de fato a relevância da temática.

Ainda seguindo a linha da aprendizagem da Educação Ambiental por meio da prática, Kretzer *et al.* (2015) publicaram resultados bastante positivos de um trabalho de extensão universitária realizado em uma escola pública de ensino fundamental, localizada no Estado de Santa Catarina. Nele, utilizaram compostos orgânicos descartados da produção e consumo dos alimentos da própria escola para a construção de composteiras e biodigestores. Na ação também foi trabalhada a seletividade do lixo escolar, os problemas causados pelo destino/manejo incorreto desse composto e suas consequências ao ambiente. Ainda de acordo com os autores, essas práticas incentivam os alunos a fazer o manejo correto do lixo e a produzir alimentos saudáveis.

Lima *et al.* (2016) também desenvolveram um projeto de extensão em uma instituição de ensino da rede municipal de educação do estado do Piauí, cuja questão dos resíduos sólidos foi utilizada para sensibilizar os alunos sobre a importância da coleta seletiva. Na ocasião foi realizada uma visita ao lixão da cidade para observar como é feito o descarte dos resíduos sólidos e se este é feito de maneira correta ou não e, principalmente, demonstrar a importância da reciclagem pois vários objetos são reutilizados para a confecções de produtos artesanais. Mais uma vez a prática foi colocada como aliada nos trabalhos com as questões socioambientais.

Infelizmente as estratégias utilizadas pelos professores pesquisados restringem-se às ações no âmbito da sala de aula com poucos assumindo que lançam mão de práticas ou atividades lúdicas para trabalhar as questões socioambientais. Segundo Kretzer *et al.* (2015), Lima *et al.* (2016) e Mendonça, Schmitz e Andrade (2018), as estratégias de imersão dos alunos têm como característica considerar suas vivências e experiências prévias deles permitindo, a partir delas, a incorporação de novas atitudes frente à problemática e o fortalecimento da consciência ecológica e da capacidade de resoluções de problemas.

A contextualização dos conteúdos com assuntos relacionados ao meio ambiente, mas ligados ao cotidiano dos/as discentes realizadas por alguns(mas) docentes promovem a articulação com a realidade local além do reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural, exigências previstas na Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999).

Sabemos da necessidade de trabalhar a Educação Ambiental em sala de aula, de sua relevância para que se formem cidadãos/ãs conscientes de seu papel diante do meio que estão inseridos, contudo, existem obstáculos que se apresentam aos docentes para que estes possam atuar promovendo a Educação Ambiental no espaço escolar. Isso foi questionado aos/às professores/as pesquisados/as e mais uma vez algumas declarações pautaram sobre a ausência de estrutura física e materiais didáticos (P2, P3 e P5). Porém também foi possível identificar nas falas outros aspectos como: a falta de: i) fontes de pesquisa (P1); ii) conscientização dos alunos, professores, gestores e/ou comunidade em geral (P3, P4 e P5); e iii) formação continuada (P3 e P5). Destacamos mais uma vez a fala de P5 que resume esse resultado:

A principal dificuldade é a falta de conscientização, não estou falando só dos alunos, mas da comunidade escolar em geral. É complicado trabalhar um tema o qual a escola não vê como relevante. Embora saibamos que seja um tema de extrema importância. Além, é claro, da falta de recursos didáticos, formação continuada sobre Educação Ambiental para assim melhor capacitar nossos profissionais, e uma gestão escolar que entenda a importância de trabalhá-la.

Bigotto (2008) ressalta que uma das principais dificuldades em inserir a Educação Ambiental nas escolas é a falta de domínio dos conteúdos por parte dos/as professores/as, o que acaba desmotivando-os a participarem e promoverem projetos que envolvam a temática. E que, apesar da boa vontade deles/as em trabalhar a Educação Ambiental, acabam sendo vítimas de um discurso dominante e de uma visão reducionista, preocupados apenas com a mudança de comportamento e não com as mudanças de valores (BIGOTTO, 2008).

Uma informação que surgiu na resposta de P5 quando abordamos as dificuldades de se trabalhar Educação Ambiental e nos chamou a atenção foi a indicação por parte desse/a docente da criação de uma disciplina extracurricular como forma de facilitar sua execução na escola. Essa proposição contraria o proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), a qual estabelece que:

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Na concepção de Oliveira (2007, p.108):

A transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceituais (conceitos, fatos e princípios), como procedimentais (relacionados com os processos de produção e de ressignificação dos conhecimentos),

e também atitudinais (valores, normas e atitudes), formam campos com determinadas características em comum: não estão configurados como áreas ou disciplinas; podem ser abordados a partir de uma multiplicidade de áreas; estão ligados ao conhecimento adquirido por meio da experiência, com repercussão direta na vida cotidiana; envolvem fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

Assim, nota-se pelas declarações dos/as professores/as investigados/as que há uma certa resistência ao desenvolvimento da Educação Ambiental por ela não ser uma disciplina, mas sua execução ser cobrada no ambiente escolar. Essa concepção mudaria se houvesse investimento em capacitação, conforme alguns apontaram. Capacitação essa voltada para a compreensão da legislação que envolve essa área de conhecimento, suas correntes metodológicas, entre outros aspectos que se fazem urgentes se considerarmos o tempo de atuação em sala de aula desses sujeitos.

Na tentativa ainda de compreender melhor como a Educação Ambiental é desenvolvida na escola, buscou saber também quais trabalhos especificamente na área de Educação Ambiental são desenvolvidos na escola e obteve-se como unanimidade a execução de projetos alusivos as datas comemorativas como o dia da árvore, semana da água e dia mundial do meio ambiente, conforme expressou P5. Para esse/a pesquisado/a a “escola deveria trabalhar melhor, como proporcionar palestras com profissionais da área, além de abordar a fundo a questão da preservação”.

Esse resultado revela que a escola não trabalha a Educação Ambiental de forma permanente, conforme estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei Nº 9.795 (BRASIL, 1999). De acordo com Narcizo (2009) a Educação Ambiental deve ser trabalhada como um processo de permanente aprendizagem, valorizando as diversas formas de conhecimento e constituindo cidadãos/ãs com consciência local e uma visão planetária, com atividades muito além das formais. Com isso, a realidade da escola pesquisada contraria os princípios norteadores da Educação Ambiental e precisa ser transformada para que de fato as práticas dessa área de conhecimento cumpram seu papel de formar cidadãos/ãs críticos/as e reflexivos/as.

Aos professores também foi questionado quem são os responsáveis pelos trabalhos em Educação Ambiental na escola, e todos afirmaram que toda a escola é responsável, ou seja, nos projetos engajam-se gestores, coordenadores e professores, algumas vezes, um orientador municipal que auxilia nas propostas. No entanto, uma informação importante que não foi mencionada pelos/as pesquisados/a foi a participação dos/as alunos/as nas ações, sendo esses/as

apenas os executores ou expectadores, ou seja, esses sujeitos não participam do planejamento, da construção e da avaliação das atividades, contrariando o previsto em lei (BRASIL, 1999).

Fortunato e Petraglia (2017) ressaltam que a escola precisa oferecer aos seus alunos práticas significativas de Educação Ambiental, para tanto é preciso que os atores que operacionalizem esse espaço se unam em prol das mudanças de valores dos/as alunos/as acerca da necessidade de cuidados com o meio ambiente. Assim, para esses autores a escola é um local de grande relevância para o enfrentamento da crise ambiental que vivemos na contemporaneidade, pois ela acompanha o indivíduo desde a fase inicial de sua jornada na vida e pode colaborar para a construção do/a cidadão/ã crítico e participativo de seu papel frente a preservação ambiental.

Diante da importância da Educação Ambiental para a formação de cidadãos/ãs conscientes verificamos qual a relevância, segundo a concepção dos/a professores/a, de se trabalhar a Educação Ambiental na escola e, pelas falas percebe-se que consideram importante trabalhar a temática principalmente para que os alunos possam ter consciência acerca da sustentabilidade e da necessidade de construir um futuro melhor para as gerações vindouras, como ressaltam as falas:

A educação ambiental no ensino fundamental é importante para que as pessoas se tornem mais conscientes sobre sustentabilidade e a importância de construir um futuro mais limpo para as gerações futuras (P3).

É conscientizar a população principalmente nossos alunos sobre os impactos ambientais que estão acontecendo, evitando o desmatamento, as queimadas e a poluição (P4).

Continuando com a entrevista, questionamos aos/às professores/as quais suas expectativas ao se trabalhar Educação Ambiental e as respostas pautaram na constituição de uma nova visão acerca do meio ambiente, acerca da natureza; que os/as alunos/as busquem respeitar a mesma, compreendendo a necessidade de cuidar do meio ambiente, ainda que através de pequenos gestos, de modo que possam reproduzir essas ações em todos os espaços que venham a atuar.

A concepção simplista dos/as professores/as investigados sobre Educação Ambiental, já apontada anteriormente, se reforça com as declarações acima, as quais não são erradas, mas apenas limitadas à compreensão naturalista/conservacionista (SAUVÉ, 2005). Devido às diversas correntes da Educação Ambiental, compreendê-las ajuda a concebê-la e praticá-la. Nesse contexto Fortunato e Petraglia (2017) reforçam que a Educação Ambiental precisa de práticas, mas não apenas delas, é preciso compreensão da mesma, é preciso compreensão de

sua importância, de modo que os envolvidos conheçam sua relevância, compreendam a mesma, pois assim, eles podem realizar práticas educativas significativas para a conscientização do público-alvo. Mais uma vez a necessidade de capacitação se expõe.

Questionou-se ainda aos professores qual importância eles atribuem em trabalhar a Educação Ambiental como um tema transdisciplinar, e todos mostraram-se a favor dessa prática, porém sem justificativas relevantes, o que reforça o desconhecimento deles sobre esse aspecto. Sobre isso, podemos afirmar que a Educação Ambiental aborda tanto as questões ambientais como sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais, trabalhando os valores e atitudes, através da transversalidade buscando formar cidadãos/ãs comprometido com essas questões, promovendo “uma visão ampla em que envolva não só os elementos naturais, mas também os elementos construídos e todos os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental” (BRASIL, 1997, p.37). De acordo com esse mesmo documento, os conteúdos ligados ao meio ambiente serão integrados ao currículo através da inter e transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental.

Buscamos saber junto aos docentes como os trabalhos com a Educação Ambiental poderiam ser melhorados na escola, e P1 mencionou o estímulo à pesquisas para melhorar as práticas em Educação Ambiental; P2 chamou a atenção para a importância de um profissional com formação na área se fazer presente nas escolas para palestras não só com os alunos, mas com a comunidade em geral; P3 salientou que é importante disseminar informações através de atividades e projetos visando a formação de jovens conscientes e críticos; P4 e P5 destacam a importância de melhorar o PPP da escola para que se trabalhe ações de preservação ambiental, principalmente fomentando o desenvolvendo de projetos mais eficientes sobre essa temática. De todas as afirmações focaremos na importância da temática no PPP da escola, discutida no tópico subsequente.

5.3 Educação Ambiental e o Projeto Político Pedagógico da escola

O estudo buscou saber se o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contempla a Educação Ambiental e todos/as os/as docentes afirmaram que sim, porém não como uma prioridade. Ao analisamos o referido documento pode-se observar que a temática não é contemplada não sendo mencionada em nenhum trecho dele. Diante dessa constatação justificam-se as dificuldades dos docentes em desenvolver atividades nessa área conforme os

resultados apresentados, uma vez que, além de não possuírem formação adequada, não dispõem de um documento norteador das ações.

Assim, é preciso salientar que a ênfase da Educação Ambiental no PPP da escola é uma exigência da Política Nacional de Educação Ambiental e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que preveem que as instituições de ensino devem implementar a Educação Ambiental integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos (BRASIL, 1999; 2012). Dessa forma a reestruturação do documento com construção coletiva para inserção das proposições de discentes, docentes e gestores para as ações em Educação Ambiental também se faz urgente e crucial para cumprir a missão transformadora no quesito socioambiental que a instituição de ensino possui.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar como a Educação Ambiental é trabalhada pelos/as docentes da Escola Municipal Eustáquio Carvalho, localizada no município de Simões Piauí, constatamos que as ações desenvolvidas pelos/as docentes que se restringem ao âmbito da sala de aula são pautadas em abordagem simplista e acrítica, na concepção naturalista/conservacionista desses profissionais.

A escola desenvolve alguns projetos em Educação Ambiental somente em datas comemorativas, não trabalhando de maneira permanente, inter e transdisciplinar conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Além disso, o PPP da escola não apresenta nenhuma menção a essa área do conhecimento tão pouco orienta ações a serem desenvolvidas.

Apesar do reconhecimento da importância da temática por parte dos/as investigados/as, muitos se limitam ou até menos deixam de realizar a Educação Ambiental devido às dificuldades como falta de estrutura física, materiais didáticos e de formação continuada adequada para trabalhos mais efetivos.

Todos esses dados evidenciam a necessidade de investimentos em capacitações de gestores e docentes da escola a fim de modificar esse cenário que, além de inviabilizar avanços na formação socioambiental dos discentes atendidos pela escola, contraria o previsto na legislação para a inserção da Educação Ambiental no ambiente escolar. Logo, mais atenção à temática deve ser dada, seja na formação dos docentes que atuam no município, seja na formação continuada deles, a fim de garantir a educação efetiva para o ambiente socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. R; CAVALCANTI, E. L. D; GARCIA, L. A. M. Metodologia lúdica na educação ambiental: uma proposta para tomadas de decisão e ação sobre problemas socioambientais. **Enseñanza de Las Ciencias**, n. Extraordinario, p. 3325- 3329, 2017.

BIGOTTO, A. C. **Educação ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-15204.php>. Acesso em: 22 de agos. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-4-temas-transversais-meio-ambiente.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

_____. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e da outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2021.

_____. **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2021.

_____. **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <http://www.conferenciainfante.mec.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2021.

CARVALHO, Marcella Villela. Práticas Pedagógicas da Educação Ambiental no Ensino Fundamental, em Uma Escola Pública Estadual, em Ituiutaba/MG. **Revista Cocar**. v. 12. n. 24, p. 665-682, 2018.

EDUARDO, Janaína Rodrigues de Freitas Machado; FONSECA, Maria da Conceição Vinciprova; ALVES, Marcelo Paraiso. Práticas de Educação Ambiental em Uma Escola Pública da Região Sul Fluminense do Rio de Janeiro. **Acta Scientiae et Technicae**, v. 4, p. 42-50, 2016.

FORTUNATO, Ivan; PETRAGLIA, Izabel. Epistemologia e práticas em educação ambiental: uma aproximação pelo pensamento complexo. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 2, n.3, p. 164-177, 2017.

KRETZER, Stéfano Gomes *et al.* Educação Ambiental em gestão de resíduos e uso de biodigestor em escola pública de Florianópolis. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 12, n. 19, p.2-15, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2015v12n19p2/30461>. Acesso em: 16 jan. 2021.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. p. 85-111. *In*: LAYRARGUES, Philippe

Pomier *et al.* **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, Bruna de Sousa *et al.* A prática da educação ambiental à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no Centro Educativo Municipal Joaquim Cavalcante, em Piri-piri (PI). **Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC**, n. 5, p. 51-56, 2016. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php>. Acesso em: 16 jan. 2021.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MEDINA, N. M. A formação dos professores em Educação Ambiental. *In*: BRASIL. **Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura/Secretaria de Educação Fundamental, p. 17-24, 2001.

MENDONÇA, Thiago Teixeira; SCHMITZ, Marília Dietrich; ANDRADE, Isabela Tsutiya. Inserindo o conceito lixo zero e a economia sustentável em escolas públicas de Florianópolis. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 15, n. 29, p. 70-80, 2018.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MOUSINHO, P. Glossário. *In*: Trigueiro, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. Disponível em: <http://www.meioambientenews.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2021.

NARCIZO, K. R. S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 22, p. 86-94, 2009.

OLIVEIRA, Haydée Torres de. Educação ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! *In*: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Departamento de Educação Ambiental/UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

ORSI, Maria do Carmo Vara Lopes; FERREIRA, José Carlos. Práticas pedagógicas aplicadas em educação ambiental: apoio tecnológico da FATEC Tatuí à alunos da Escola Estadual Barão de Suruí. **Brazilian Journal of Development**. v. 5, n. 7. p. 10.647-10.655, 2019.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In*: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.) **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SILVA, Lilian Natani Rosa da; CALIXTO, Patricia Mendes. Educação Ambiental na escola: promovendo e valorizando o sujeito e o ambiente. **Revista Thema**. v.14, n. 2, p. 25-36, 2017.

SIMÕES. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Eustáquio Carvalho**. Simões: Secretaria Municipal de Educação, 2020.

WEID, Nahyda von der. A formação de professores em educação ambiental à luz da Agenda 21. *In*: PÁDUA, S. M. e TABANEZ, M. F. (orgs). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. Brasília, DF: Ipê, 1997.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA INVESTIGAÇÃO SOBRE O TEMA

1. Identificação geral dos entrevistados

- 1.1. Você tem formação em nível superior? Qual curso?
- 1.2. Qual foi o ano que se formou?
- 1.3. Quanto tempo trabalha na educação? E desse tempo, quantos anos trabalha na escola?

2. Investigação sobre o tema

- 2.1. Você trabalha a Educação Ambiental em suas aulas?
- 2.2. Quais estratégias você utiliza para trabalhar a Educação Ambiental em suas aulas?
- 2.3. Quais dificuldades são encontradas para trabalhar a Educação Ambiental na sala de aula?
- 2.4. Quais trabalhos desenvolvidos na escola sobre Educação Ambiental?
- 2.5. Quem são os responsáveis pelos trabalhos em Educação Ambiental na escola?
- 2.6. Na sua concepção, qual a importância de se trabalhar a Educação Ambiental na escola?
- 2.7. Qual a sua perspectiva ao trabalhar Educação Ambiental?
- 2.8. O projeto pedagógico da escola contempla a Educação Ambiental como prioridade?
- 2.9. Na sua opinião a Educação Ambiental é trabalhada como realmente deveria pela escola?
- 2.10. Qual a importância de se trabalhar a Educação Ambiental como uma atividade extracurricular?
- 2.11. Na sua opinião, como a Educação Ambiental poderia ser melhorada nas escolas?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/CIÊNCIAS DA NATUREZA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do estudo: A importância da Educação Ambiental para a formação do cidadão/ã do campo: uma reflexão sobre a prática docente

Pesquisadoras responsáveis: Maria Raylla de Sousa Carvalho e Profa. Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro

Instituição/Curso: UFPI /Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza

Telefone para contato: (89) 999337568

Local da coleta de dados: Unidade Escolar Eustáquio Carvalho, Simões Piauí.

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a participar da entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. As pesquisadoras deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar. Você tem direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do estudo: Identificar quais as práticas relacionadas a educação ambiental são trabalhadas pelos/as professores/as de uma Escola do Campo localizada no povoado Maria Preta, Simões PI.

Procedimentos: As informações para esta pesquisa serão obtidas por meio entrevista a respeito das práticas em educação ambiental que são desenvolvidas na escola.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos: A participação na entrevista não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelas pesquisadoras responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Simões, ____ de _____ 20____.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Pesquisadora Responsável

Se você tiver alguma dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa- UFPI- Campus Universitário Ministro Petrônio Portela- Bairro Ininga. Centro de Convivência L09 e 10- CEP: 64.049-550- Teresina- PI. Tel.: (86) 3215-5734- email: cep.ufpi@ufpi.edu.br.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, MARIA RAYLLA DE SOUSA CARVALHO, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA A FORMAÇÃO DO/A CIDADÃO/Ã DO CAMPO: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 28 de abril de 2021.

Maria Raylla de Sousa Carvalho
Discente

Tamiris Gimenez Pinheiro
Orientadora